

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades - 3º Trimestre - 2016



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2016



Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Vice-Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedor

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

o **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

o **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 08/08/2016

o **SAMY WURMAN**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	6
2.	CONTAS DO GOVERNADOR	7
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL	8
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP	8
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	9
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	10
7.	CORPO DE AUDITORES	10
8.	DECISÕES SINGULARES.....	10
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC.....	10
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	10
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	11
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	11
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	11
11.1.2.	DSF's I e II	11
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	12
11.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	12
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	12
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	12
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	12
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	21
11.4.	OUVIDORIA	22
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	22
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	22
11.7.	REVISTA DO TCE	23
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	23
11.9.	CERIMONIAL.....	23
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
13.	ANEXOS	25
13.1.	ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	25



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)	8
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	9
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes.....	15
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital	16
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes	17
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital	18
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes.....	19
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital	19
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes	20
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital	20



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **terceiro trimestre** do exercício de 2016.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 3º trimestre deste ano, destaca-se a atuação do Tribunal na organização e execução de mais uma Fiscalização Ordenada, desta vez tendo o cumprimento – por órgãos e entidades municipais e estaduais - das regras de transparência.

Os fiscais analisaram minuciosamente 80 itens do site de cada órgão fiscalizado pelo TCESP para saber se eles disponibilizam informações de forma voluntária na internet e se respondem aos pedidos dos cidadãos conforme determina a legislação. Foram fiscalizados 644 Prefeituras, 644 Câmaras Municipais e outros 158 órgãos entre Secretarias de Estado, empresas estatais, autarquias e instituições dos demais Poderes do Estado de São Paulo.

Os resultados gerais consolidados mostram que 65% dos órgãos ainda não regulamentaram a Lei de Acesso à Informação e somente 19% oferecem dados gerais para acompanhamento de programas e obras previstos no orçamento.

Apenas 28% divulgam a remuneração individualizada identificando o agente público pelo nome e só 22% mostram detalhes sobre pagamento de diárias e passagens, como beneficiário, destino e motivo do deslocamento. Nesses quesitos, os órgãos da administração direta estadual aparecem em situação melhor do que a administração indireta e órgãos municipais.

Em relação às licitações realizadas por cada órgão, o levantamento mostrou que 57% não dão informações sobre os valores licitados, e o mesmo percentual não apresenta posteriormente informações em tempo real sobre o bem ou serviço adquirido.

A fiscalização do TCESP também analisou especificamente a implantação de Ouvidorias na estrutura de controle interno dos órgãos. Apenas 26% das prefeituras e câmaras fiscalizadas já implantaram o serviço de Ouvidoria e só 2% do total apresentam relatórios estatísticos sobre atendimentos e prazos. Na administração direta do Estado, a Ouvidoria já foi implantada em 91% dos 32 órgãos fiscalizados.

No recorte específico das Câmaras Municipais, o levantamento mostra que somente 11% apresentam informações sobre o julgamento das contas do Executivo e apenas 22% oferece relatórios de atividades desenvolvidas pelos vereadores.



Ainda neste terceiro trimestre, o TCESP disponibilizou à sociedade um aplicativo para telefones celulares e tablets que permitirá ao cidadão enviar informações à instituição para auxiliar na fiscalização do uso do dinheiro público.

O **'Fiscalize com o TCESP'** foi concebido pela equipe de informática do próprio Tribunal de Contas e está disponível gratuitamente na loja Google Play para aparelhos que utilizam o sistema 'Android', bem como na 'Apple Store' para Celulares que utilizam o sistema 'IOS'.

Por meio da plataforma, usuários do sistema público de saúde ou da rede pública de ensino, por exemplo, terão interface simples e prática para encaminhar reclamações, fotos e vídeos sobre as condições do serviço oferecido. Todos os dados serão georreferenciados, o que permitirá ao Tribunal de Contas saber a data, a hora e o local exato de onde foi enviada a informação.

As informações recebidas através do Fiscalize com o TCESP serão enviadas diretamente ao sistema de inteligência artificial da instituição para análise e cruzamento, podendo subsidiar as ações de fiscalização ordinárias e extraordinárias.

No tocante a eventos e cursos, o Tribunal, com vistas a capacitar os estudantes, bacharéis em Direito e profissionais da área acerca das novas disposições sobre a matéria afetas ao tema, ofereceu o **curso de extensão sobre Direito Financeiro**, que abordou as significativas mudanças e entendimentos que ocorrem na legislação correlata, bem como orçamento público na Constituição; fiscalização financeira e orçamentária; dívida pública e federalismo; direito Constitucional e finanças públicas e direito financeiro e políticas públicas.

Gratuito e na modalidade presencial, o curso foi transmitido pela Internet e dividido em 5 (cinco) aulas – nos dias 26 e 28 de setembro, e 03, 05 e 10 de outubro - que ocorreram no auditório nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello', na capital.

O Tribunal também foi sede, entre os dias 12 e 16 de setembro, das atividades do **XVII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas** (Sinaop), evento que reuniu profissionais e órgãos que atuam no controle de obras públicas.

Promovido em parceria com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), o evento, trouxe em sua programação palestrantes de renome para abordar o tema 'Obras Públicas: Planejamento e Fiscalização no Combate à Corrupção'.



Dimas Eduardo Ramalho
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2016, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros DIMAS EDUARDO RAMALHO, Presidente, SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Vice-Presidente e, RENATO MARTINS COSTA, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às 4^{as} feiras, às 10 horas

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

09/11/2015 a 06/02/2016

○ **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

○ **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

○ **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 08/08/2016

○ **SAMY WURMAN**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 14h30 horas

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 10 horas

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

09/11/2015 a 06/02/2016

○ **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

○ **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

○ **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 08/08/2016

○ **SAMY WURMAN**



2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2016 foi designado o eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini.

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

As Contas do Governo referentes ao exercício de 2015 foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária ocorrida no dia 15 de junho, às 10h00m, cuja íntegra encontra-se disponível no Canal do TCE-SP no YouTube:

<http://www.youtube.com/tcespoficial>

O parecer favorável à aprovação das contas, relatado pelo Vice-Presidente do TCE, Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, foi acompanhado pela unanimidade do colegiado, sendo emitidas 18 (dezoito) recomendações, das quais 17 (dezesete) foram propostas pelo Relator e 1 (uma) pelo Decano da Casa, Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

A sessão foi presidida pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho e integrada pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e pelo Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli. O Procurador Thiago Pinheiro Lima representou o Ministério Público de Contas e o Procurador Luiz Menezes Neto a Procuradoria da Fazenda do Estado, sendo os trabalhos secretariados por Sérgio Ciquera Rossi.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 3º trimestre de 2016, foram distribuídos aos julgadores **1.464** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	5
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	2
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	1
APOSENTADORIA	6
CONSULTA	3
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	3
CONTAS MUNICIPAIS	3
CONTRATO	187
CONTRATO DE GESTÃO	5
CONTROLE DE PRAZOS DAS RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES	1
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	6
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	2
ESPORÁDICO	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	43
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO - TERMO DE PARCERIA – CONVÊNIO – VALOR INFERIOR	40
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVÊNIO	179
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE TERCEIRO SETOR - AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES CONTRIBUIÇÕES	13
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTÃO	82
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	12
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO	18
RECURSO ORDINÁRIO	785
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO	3
REPRESENTAÇÃO	2
RESCISÃO DE JULGADO	25
REVISÃO DE JULGADO	25
TERMO DE PARCERIA	1
TOTAL GERAL	1.464



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 3º trimestre de 2016, foram distribuídos **3.554** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – JULHO - SETEMBRO - 2016									
MATÉRIA	RELATOR								TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. SEB	Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	100	102	105	101	75	103	0	0	586
PESSOAL	30	21	32	34	29	31	0	764	941
REPRESENTAÇÃO	7	8	4	7	22	5	0	0	53
CONTRATO	107	111	143	143	101	163	16	152	936
RECURSOS	21	21	24	25	21	19	16	3	150
RECURSOS PÚBLICOS	18	36	21	25	25	28	2	223	378
INOMINADO	31	28	41	31	27	47	49	17	271
AÇÕES	1	1	0	1	0	0	6	0	9
BALANÇO GERAL	1	2	4	1	1	0	0	2	11
APARTADOS	0	0	0	0	1	0	0	88	89
CONTROLE DE PRAZO	10	11	11	9	9	9	0	15	74
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	5	5
CÂMARA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PREFEITURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTAS DO GOVERNADOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UGEs	0	0	0	1	2	0	0	0	3
ADIANTAMENTOS	7	8	8	7	8	8	2	0	48
TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS									3.554
TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS									5.018

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 3º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **699 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **661 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **05 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **11 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **908 processos pela Primeira Câmara e 980 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções N.º 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 3º Trimestre de 2016 tramitaram pelo Corpo de Auditores **5.158 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.758 autos** receberam julgamento, enquanto **958** foram objeto de despacho de diferimento.

8. DECISÕES SINGULARES

No 3º trimestre de 2016 foram proferidas **2.103 sentenças singulares**. Destas, **400** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.758** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE/SP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **6.117 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 3º Trimestre de 2016, a P.F.E se manifestou em **2.296 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.178** processos.

11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.248 processos**, dos quais **209** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1848 certidões**. Desse quantitativo, **15** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1833** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **20.781 processos** físicos e eletrônicos por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames “in loco” na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	6.499	4.723
Processos Eletrônicos	5.018	4.541
TOTAL	11.517	9.264



11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **12.619 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No terceiro trimestre de 2016 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **3.322 atendimentos** por meio de e-mails e **1.280** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **2.342** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 16.083 de 28 de dezembro de 2015, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2016” foi elaborado em observância à Lei n.º 15.870, de 27 de julho de 2015 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2016”.



A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$774.941.309,00**, sendo **R\$773.941.279,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$1.000.030,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.870/15), o Decreto n.º 61.802, de 14 de janeiro de 2016, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2016 e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 27 de janeiro de 2016.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2016 (Decreto n.º 61.802/2016) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, **da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE**, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$13.600.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 - SAO N.º 02001/2016-4-0001, concluído em fevereiro, no valor total de R\$4.800.000,00 sendo R\$748.000,00 para obras de reforma nas Regionais de Araras e Registro, R\$2.100.000,00 para serviços de informática – Business Intelligence e R\$1.952.000,00 para aquisição de 480 notebooks para as unidades regionais;

2 - SAO N.º 02001/2016-4-0005, concluído em março, no valor total de R\$3.800.000,00, sendo R\$400.000,00 para despesas correntes, em complementação ao Projeto JAVA-PRODESP e R\$3.400.000,00 para execução de diversas obras que estão sendo realizadas nos prédios da capital, assim como a elaboração de dois projetos básicos para construção das Unidades Regionais de Andradina – UR-15 e Ituverava – UR-17;

3 – SAO N.º 02001/2016-4-0007, concluído em março, no valor de R\$600.000,00, para atender despesas com aquisição de móveis e equipamentos para o prédio sede e anexos I e II bem como para as Unidades Regionais.

4 – SAO N.º 02001/2016-4-0010, concluído em maio, no valor de R\$1.000.000,00, para atender despesas com aquisição de móveis para as Unidades Regionais, Departamento de Tecnologia, bem como aparelhos de ar condicionado para a Unidade Regional de Sorocaba.

5 – SAO N.º 02001/2016-4-0012, concluído em junho, no valor de R\$ 900.000,00, para viabilizar a continuidade da obra de construção da Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 (R\$850.000,00), bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes (R\$50.000,00).



6 – SAO N.º 02001/2016-4-0013, concluído em julho, no valor total de R\$ 2.500.000,00, sendo R\$ 2.400.000,00 para atender despesas com contratos de informática e tecnologia da PRODESP e R\$ 100.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o TCE-SP.

7 – SAO N.º 02001/2016-4-0015, concluído em setembro, no valor total de R\$ 2.000.000,00 sendo R\$ 1.649.000,00 para atender despesas com modernização tecnológica (aquisição de equipamentos de informática), R\$ 11.000,00 para aquisição de mobiliário e R\$ 340.000,00 para aquisição de ar-condicionado para o TCE-SP.

Mediante a publicação do Decreto n.º 61.874, de 18 de março de 2016, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de R\$138.815,00, à conta da **Fonte 1-Tesouro**, visando a cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2016-1-00001.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2016, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Março	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maiο	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
TOTAL	700.084.379	69.050.520	4.806.380	-	73.856.900	773.941.279

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Março	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maiο	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Junho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Julho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
TOTAL	20	1.000.010	-	1.000.030	774.941.309

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	2.500.370	-	8.252.257	66.569.280
Março	58.317.023	5.613.072	800.370	-	6.413.442	64.730.465
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maiο	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	2.800.370	-	8.552.257	66.869.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
TOTAL	700.084.379	68.911.705	9.706.380	-	78.618.085	778.702.464

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	2.783.299	-	2.783.299	69.352.579
Março	-	4.083.299	-	4.083.299	68.813.764
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maiο	-	1.083.299	-	1.083.299	65.552.579
Junho	-	983.299	-	983.299	65.452.579
Julho	-	183.299	-	183.299	67.052.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	2.083.299	-	2.083.299	66.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
TOTAL	20	11.700.010	-	11.700.030	790.402.494

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES				TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	
JANEIRO	58.239.985,17	25.659.567,35	3.118.408,92	-	28.777.976,27	87.017.961,44
FEVEREIRO	53.217.577,72	6.331.071,04	2.200.119,66	-	8.531.190,70	61.748.768,42
MARÇO	53.233.806,83	8.366.661,75	67.719,41	-	8.434.381,16	61.668.187,99
ABRIL	53.825.463,72	7.513.104,72	84.172,61	-	7.597.277,33	61.422.741,05
MAIO	53.636.969,49	3.736.091,48	55.847,10	-	3.791.938,58	57.428.908,07
JUNHO	54.310.704,87	1.744.102,93	(139.058,78)	-	1.605.044,15	55.915.749,02
JULHO	54.135.614,18	1.460.053,58	378.662,61	-	1.838.716,19	55.974.330,37
AGOSTO	53.964.397,28	7.261.934,96	328.105,51	-	7.590.040,47	61.554.437,75
SETEMBRO	54.008.988,56	709.776,93	1.566.602,38	-	2.276.379,31	56.285.367,87
TOTAL	488.573.507,82	62.782.364,74	7.660.579,42	-	70.442.944,16	559.016.451,98

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL CORRENTES + CAPITAL
JANEIRO	-	242.637,00	-	242.637,00	87.260.598,44
FEVEREIRO	-	796.094,90	-	796.094,90	62.544.863,32
MARÇO	-	4.001.246,38	-	4.001.246,38	65.669.434,37
ABRIL	-	327.064,48	-	327.064,48	61.749.805,53
MAIO	-	672.409,97	-	672.409,97	58.101.318,04
JUNHO	-	300.073,46	-	300.073,46	56.215.822,48
JULHO	-	840.348,75	-	840.348,75	56.814.679,12
AGOSTO	-	811.570,94	-	811.570,94	62.366.008,69
SETEMBRO	-	398.947,01	-	398.947,01	56.684.314,88
TOTAL	-	8.390.392,98	-	8.390.392,89	567.406.844,87

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES				TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	
JANEIRO	58.239.985,17	3.681.996,77	37.911,29	-	3.719.908,06	61.959.893,23
FEVEREIRO	53.217.577,72	4.393.309,71	804.048,24	-	5.197.357,95	58.414.935,67
MARÇO	53.233.806,83	5.891.807,80	610.156,43	-	6.501.964,23	59.735.771,06
ABRIL	53.825.463,72	6.252.413,83	289.553,71	-	6.541.967,54	60.367.431,26
MAIO	53.636.969,49	5.928.948,51	492.643,41	-	6.421.591,92	60.058.561,41
JUNHO	54.310.704,87	6.047.584,47	379.366,32	-	6.426.950,79	60.737.655,66
JULHO	54.135.614,18	5.612.574,42	521.005,01	-	6.133.579,43	60.269.193,61
AGOSTO	53.964.397,28	5.047.732,46	751.954,11	-	5.799.686,57	59.764.083,85
SETEMBRO	53.514.109,39	4.471.278,68	702.403,07	-	5.173.681,75	58.687.791,14
TOTAL	488.078.628,65	47.327.646,65	4.589.041,59		51.916.688,24	539.995.316,89

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL CORRENTES + CAPITAL
JANEIRO	-	-	-	-	61.959.893,23
FEVEREIRO	-	5.793,00	-	5.793,00	58.420.728,67
MARÇO	-	208.932,00	-	208.932,00	59.944.703,06
ABRIL	-	162.918,25	-	162.918,25	60.530.349,51
MAIO	-	1.619.421,79	-	1.619.421,79	61.677.983,20
JUNHO	-	1.097.987,42	-	1.097.987,42	61.835.643,08
JULHO	-	826.186,56	-	826.186,56	61.095.380,17
AGOSTO	-	1.539.157,31	-	1.539.157,31	61.303.241,16
SETEMBRO	-	277.801,83	-	277.801,83	58.965.592,97
TOTAL	-	5.738.198,16	-	5.738.198,16	545.733.515,05

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado
Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º, 2º, 3º e 4º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março, 31 de maio, 23 de agosto e 01 de outubro de 2016.

11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e, expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no terceiro trimestre, manifestou-se em **1.522** procedimentos/processos – tanto físicos como eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP manifestou-se **135 procedimentos/processos físicos**: foram fornecidas **60 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda, além de oferecidos **75 esclarecimentos** aos Relatores das respectivas matérias, quanto ao andamento de Ações Judiciais noticiadas naqueles feitos. Por fim, realizou o acompanhamento permanente de **604 ações judiciais** de interesse do Tribunal.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **104 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Dentre esses, merece destaque a realização da **XIV Semana Jurídica do TCE-SP**, realizada **entre os dias 8 e 12 de agosto**, e que contou com a presença de autoridades como os Excelentíssimos Senhores Ministro do Supremo Tribunal Federal, **Dr. José Antonio Dias Toffoli**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, **Dr. Herman Benjamin**, Ministro Presidente do TCU, **Dr. Aroldo Cedraz**, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, **Dr. Silvio Hiroshi Hoyama**, Deputado Federal **Osmar José Serraglio**, Conselheiro Emérito do TCE-SP, **Dr. Claudio Ferraz de Alvarenga**, além de especialistas como o **Dr. Arnaldo Hossepian Lima Junior**, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), **Dra. Flávia Piovesan**, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, Professora Doutora da Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP) e Procuradora do Estado de São Paulo, **Dr. Thiago Lacerda Nobre**, Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Estado de São Paulo, **Dr. Márcio Adriano Anselmo**, Delegado da Polícia Federal em Curitiba (Operação Lava Jato), **Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey**, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, **Dr. Alaôr Caffé Alves**, Professor Associado da Faculdade de Direito – Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade São Paulo (USP) e Coordenador do Curso de Direito das Faculdades Campinas (FACAMP), **Dr. Dalmo de Abreu Dallari**, Professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), **Dr. Amauri Feres Saad**, Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Presidente da Associação Paulista de Direito Administrativo – APDA. Membro da Comissão de Estudos da Lei de Licitações instituída pelo Instituto dos Advogados de São



Paulo – IASP, **Dr. Luciano de Araújo Ferraz**, Doutor em Direito Administrativo pela UFMG. Pós Doutor pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal, **Dr. José Eduardo Campos de Oliveira Faria**, Professor Titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), **Dra. Carolina Zancaner Zockun**, Doutora em Direito Administrativo pela PUC/SP, Procuradora da Fazenda Nacional e professora de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da PUC/SP. **Dr. Gabriel Lochagin**, Professor Doutor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, na área de Direito Econômico e Financeiro. Doutor (2016) e Mestre (2012) em Direito Econômico-Financeiro pela Universidade de São Paulo. Pesquisador-visitante da Humboldt Universität, em Berlim, Alemanha (2014). Advogado, **Dr. Márcio Cristiano Ebert**, Juiz Federal e **Dr. Fernando Passos**, Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas e coordenador do curso de Direito do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

- **Biblioteca – 837 empréstimos** de livros realizados, sendo **326 através do Sistema Online Sophia** e **511 presenciais**.

11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **2.219 atendimentos** neste Trimestre. Destaca-se o atendimento de **512 solicitações** por meio do *Whatsapp*, novo canal de atendimento implementado recentemente.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão - SIC**, que, no período, atendeu **50 pedidos** de informações.

11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e, Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, realizou reuniões e treinamentos diversos, com apoio ao Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **1.822 solicitações** na área de Atendimento ao Usuário de TI, tendo atuado, dentre outros projetos, no suporte tecnológico à Fiscalização Ordenada realizada pelo TCE-SP, que contou com a transparência como objeto de análise.

11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.



A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 3º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **156 matérias relacionadas a julgamentos;**
- **109 matérias relacionadas à área institucional;**
- **14 newsletters** (periodicidade semanal).

11.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a Revista do TCE-SP publicou, neste trimestre, sua edição de número 136.

Dentre outras matérias, esta edição especial aborda com detalhes a realização do 20º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, ocorrido em 2016.

O TCE-SP em breve publicará a edição de número 137, contendo artigos e matérias relacionados à Fiscalização Ordenada realizada pela Corte, que fiscalizou hospitais e ambulatórios de saúde cujas administrações são gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde. A revista também trará cobertura sobre a participação do TCE-SP em eventos como o Congresso de Municípios – realizado em Campos do Jordão e o I Congresso Internacional de Contas Públicas – organizado pela Assembleia Legislativa do Estado.

Serão também abordadas outras realizações do Tribunal no período, além da síntese de decisões selecionadas, proferidas pelos Conselheiros em sede de Exame Prévio de Edital, e artigos de interesse para os jurisdicionados e sociedade em geral.

11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sra. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 3º trimestre de 2016, o Cerimonial se fez presente em **19 eventos internos, 09 eventos externos, além de atuado em 05 recepções de autoridades.**



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 3º trimestre de 2016, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Dimas Eduardo Ramalho
Presidente



13. ANEXOS

13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP¹

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	28/2016	AUDESP – Fase III – Atos de Pessoal – Remuneração	18/10/16
GP	27/2016	Sistema de Editais de Concursos e Seleções	23/09/16
GP	26/2016	Questionário – Conselhos Municipais de Saúde	15/09/16
GP	25/2016	E-TCE-SP – Cadastramento On-Line OAB-SP	26/08/16
GP	24/2016	Balanço de Julgados – 2º Trimestre	26/08/16
GP	23/2016	Audesp Fase IV – Cronologia de Remessas	03/08/16
GP	22/2016	Aposentadoria Especial	27/07/16
GP	21/2016	Audesp Fase III - Cronologia de Remessas	26/07/16
GP	20/2016	Serviços e Obras de Engenharia	23/07/16
GP	19/2016	Contribuição previdenciária e PASEP - compensação de créditos tributários	23/07/16
GP	18/2016	ETCE-SP - Indisponibilidade de Sistema	21/07/16
GP	17/2016	Questionário de Controle Interno	14/07/16
GP	16/2016	EPE - Levantamento de Exames Prévios de Edital	14/07/16
GP	15/2016	Autuação Adiantamentos	25/06/16
GP	14/2016	Audesp - Fase IV	24/06/16
GP	13/2016	Audesp - Fase III	24/06/16
GP	12/2016	Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares	03/06/16
GP	11/2016	Resultado Anual de Julgados 2015	24/05/16
GP	10/2016	Exame Prévio de Editais	10/05/16
GP	09/2016	Balanço de julgamentos - 1º Bimestre 2016	06/05/16
GP	08/2016	Contagem de prazos processuais	28/04/16
GP	07/2016	Licitações e Contratos - Fase IV do Sistema AUDESP.	28/04/16
GP	06/2016	Novo Sistema Apenados	30/03/16
GP	05/2016	Videoconferência - Sustentação oral	19/03/16

¹ Incluídos os Comunicados publicados no 1º Trimestre de 2016, em virtude de não terem sido considerados nos relatórios anteriores.



GP	04/2016	Recepção e cadastramento de documentação no Processo Eletrônico	17/03/16
GP	03/2016	Alteração no horário das sessões da Primeira Câmara	05/03/16
GP	02/2016	Tramitação de processos de Prefeituras e Câmaras por meio exclusivamente eletrônico	16/02/16
GP	01/2016	Acesso ao Sistema AUDESP	02/02/16
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	20/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	05/10/16
SDG	19/2016	Entidades Irregulares	06/09/16
SDG	18/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	04/08/16
SDG	17/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	06/07/16
SDG	16/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	02/06/16
SDG	15/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	04/05/16
SDG	13/2016	Listagem Auxílio	02/04/16
SDG	12/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	03/03/16
SDG	11/2016	Órgãos e entidades impedidos	04/02/16
SDG	10/2016	Composição das Câmaras e Pleno	02/02/16
SDG	09/2016	Ficha Limpa - Contas reprovadas	29/01/16
SDG	08/2016	Sede Unidade Regional Registro - UR-12	27/01/16
SDG	07/2016	Alerta Revista TCESP	26/01/16
SDG	05/2016	Calendário 2016 - Ciclo de Debates	13/01/16
SDG	04/2016	SISCAA-Web	08/01/16
SDG	03/2016	Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos	07/01/16
SDG	02/2016	Suspensão da Resolução nº6 de 2015	07/01/16
SDG	01/2016	Valores de Remessa	07/01/16



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO